

PORNOFEITIÇARIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE PORNOGRAFIA, TRABALHO E IMAGINAÇÃO POLÍTICA NAS RUÍNAS DO CAPITALISMO

Annelise Schwarcz¹ e Clara Biondo²

RESUMO

Nosso objetivo é desdobrar as questões e os argumentos sobre a pornografia e a prostituição, assim como seus efeitos psíquicos. Na tentativa de superar moralismos, buscamos endereçar uma crítica queer ao debate em torno da pornografia e explorar especialmente a relação entre trabalho, sexo, gênero e capitalismo: afinal, de que forma os outros trabalhos não sexuais são menos cafetinados do que a prostituição? De que forma as relações sexuais não remuneradas se distinguem das relações sexuais remuneradas? Qual a relação entre uma imagem pornográfica – e o que essa nos ensina a desejar – de uma propaganda qualquer? Qual o papel da excitação e da frustração no capitalismo tardio? De que forma se dá a atual divisão sexual do trabalho? Essas são apenas algumas questões que nos impulsionam nessa escrita, mas que não necessariamente possuímos a intenção de responder. Pelo contrário, antes de pretender esgotá-lo, nosso intuito é fomentar um debate, localizando seus pontos vitais a partir de pensadoras e pensadores como Silvia Federici, Virginie Despentes, Monique Wittig e Paul Preciado.

PALAVRAS-CHAVE

Trabalho; divisão sexual do trabalho; pensamento hétero; prostituição; pornografia; gênero.

ABSTRACT

Our aim is to unfold the questions and arguments about pornography and prostitution, as well as their psychic effects. Trying to overcome moralisms we seek a queer point of view, where we seek to explore the relationship between labor, sex, gender and capitalism: after all, how are other non-sexual jobs less pimped out than prostitution? How do unpaid sexual relations differ from paid ones? What is the relationship between a pornographic image – and what it teaches us to desire – and any advertisement? What is the role of excitement and frustration in late capitalism? How does the current sexual division of labor occur? These are just some of the questions that drive us in this writing, but which we don't necessarily intend to answer. On the contrary: our intention is to encourage a debate, locating its vital points, before claiming to exhaust it based on thinkers such as Silvia Federici, Virginie Despentes, Monique Wittig and Paul Preciado.

KEYWORDS

Labor; sexual division of labor; straight mind; prostitution; pornography; gender.

¹ Graduada e mestra em Filosofia pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Doutoranda em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Contato: schwarczanne@gmail.com

² Graduada em História pela Universidade de São Paulo - USP e mestra em Filosofia pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Contato: clarabaraujo@gmail.com

INTRODUÇÃO

Adolescente (18+), madura, amador, caseiro, entre amigos, avó, anal, shibari, punição, dominação financeira, fisting, pau pequeno, pau grande, esposa, corno, estímulo elétrico, brinquedos, extremo, bondage, sadomasoquismo, dominação, submissão, tabu familiar, madrasta, vizinho, feio, fetiche por barriga, fetiche por mãos, fetiche por pés, peitos, bunda, de quatro, hardcore, irmão e meia-irmã, leitada na cara, leitada em buceta, massagem erótica, sexo bruto, masturbação, MILF, porra na boca, primeira vez, roçando no travesseiro, erótico, sufocando, tia, sexo na rua, no ônibus, em público, escondido, ménage, travesti, FTM, PCD, gays, lésbicas, orgias, estudantes, shoplifters...

A gama de conteúdos pornográficos é tão vasta quanto os argumentos contra ou a favor da pornografia. Neste artigo, para além de nos situarmos em algum desses polos binários, pretendemos apresentar como se constrói o debate sobre pornografia e cisheteronormatividade, reconhecendo a existência de uma estrutura discursiva e material que reforça essa norma e da qual a pornografia faz parte. Se as práticas sexuais são múltiplas – tal como nossa breve pesquisa aponta –, a pornografia parece indicar caminhos críticos igualmente plurais, que precisam considerar de que modo ela se configura como um regime de trabalho no atual momento do neoliberalismo. Nesse sentido, observamos aspectos opressivos e suas implicações materiais, mas também reconhecemos que a pornografia é apenas mais um dos processos de apropriação de mais-valia, no qual os sujeitos implicados precisam de seguranças e direitos. Por isso, trata-se de um olhar que não reconhece como mais degradante trabalhar para a indústria pornográfica do que seria para outros tipos de serviço no capitalismo tardio, ainda que não envolvam sexo.

Não é mais possível falar de pornografia como se houvesse apenas uma Indústria, com uma estética e uma política específicas – tal como ocorria nos primórdios dos filmes pornô –, quando podemos notar mudanças nas dinâmicas de produção, distribuição e consumo, proporcionadas pelo advento de novas tecnologias e pelo crescimento de plataformas online. No entanto, ao mesmo tempo, não é possível negligenciar a construção de um imaginário hegemônico, responsável por condicionar nosso modo de fazer, consumir e desejar pornô, afinal, foram anos sendo expostas/os aos mesmos conteúdos pornográficos.

Afinal, por que supostamente a profissão das/dos trabalhadoras/es do sexo é tão mais violenta e preocupante do que outros trabalhos que também exigem do corpo, como lutadoras/es de boxe ou estoquistas, por exemplo? Por que trabalhar com o sexo é visto como especialmente degradante? Dessas perguntas iniciais, outros problemas parecem surgir, desmistificando a ideia de que podemos adotar uma postura radicalmente contra ou

a favor da prostituição ou da pornografia.

A princípio, parece uma questão simples e ingênua. Mas como abordar de forma simplista um dos setores que mais lucra no mundo? Como falar de forma simples de um setor que produz e se alimenta de fetiches e desejos – duas dimensões tão profundas e fundadoras das relações humanas? Como distinguir um desejo privado e singular que engendra uma demanda por algo de um desejo que foi feito sob medida para você desejá-lo? “Disso tudo, uma única coisa surge com clareza: filmar o sexo não é inofensivo” (Despentes, 2016, p. 75). O que queremos dizer é: o que nos excita em uma cena pornô é aquilo que desejamos ou que fomos condicionadas/os a desejar? Cinco caras cheirando pó numa sala comercial qualquer em Las Vegas têm realmente o poder de definir meus fetiches, minha relação com a sexualidade, com a feminilidade e a masculinidade?

De acordo Gail Dines, feminista radical e socióloga, Roccas e Max Hardcore tem sim esse poder de criação de demanda em torno da produção de um desejo feito sob medida para seu consumidor. ‘Seu consumidor’, no masculino, pois, também de acordo Dines, o masturbador universal é um sujeito cismasculino forjado pelos ícones de masculinidade encontrados online. A autora explica em seu texto *Como a pornografia cria o cliente? Pornografia, tráfico de mulheres e a construção social da masculinidade* (2018):

Quando eu comecei minhas pesquisas 15 anos atrás e entrevistei pornógrafos da indústria, nenhum deles queria chegar perto do Max Hardcore, ninguém queria ser dono dessa empresa, ele era considerado muito extremo. Da última vez que estive em Las Vegas, ele tinha o maior estande no centro da convenção pornô e tinha a maior fila de autógrafos de lá. Ele agora é o centro da indústria pornográfica. Não existe um jeito melhor de contar a história da pornografia do que contar a história da marginalização de Max Hardcore até sua chegada ao topo. Para aqueles que não conhecem, no gonzo-porn é assim: não existem mulheres, apenas ‘vadias’, ‘putas’, ‘bucetudas’ e ‘depósitos de porra’. E por que isso? Porque você não pode deixar que o cara que vai se masturbar assistindo aquele sexo violento veja qualquer sinal de humanidade naquelas mulheres; porque na maioria das vezes os homens que chegam até esses filmes pornôs não são sádicos. Mas, a questão é, como fazer homens que não são sádicos sexuais se masturbarem vendo sexo sádico? Isso é um problema na indústria, porque vocês concordam que a maioria dos meninos de 13 anos não é sádico sexual ainda, não é mesmo? [...] Quando você faz tráfico de mulheres você tem que mostrar que aquelas mulheres ‘são diferentes das que você conhece’. Você faz essa divisão porque quando chega a hora de assistir tortura sexual ninguém vai olhar nos olhos daquela mulher e ver um ser humano, mas sim uma ‘vadia’, uma ‘puta’. [...] E o que vocês acham que um menino de 12 anos vai fazer? Vai fugir assustado porque não é um ‘homem de verdade’? Claro que não! Ele está construindo a sua masculinidade. E como você a constrói? Você vaga pela cultura se perguntando o que significa ser um homem. É assim que eles conquistam os meninos. Assim como as mulheres vagam pela cultura se perguntando ‘o que significa ser uma mulher?’ e encontram Beyoncé, Lady

Gaga e Rihanna, eles vagam pela cultura e encontram ISSO. (Dines, 2018, n.p.)

Enquanto a cultura pop tem caminhado para uma hiperssexualização de suas artistas – produzindo clipes e apresentações musicais que mais parecem o *soft porn* de outrora –, o pornô precisa se tornar mais explícito, mais realista e, para Dines, mais violento para que esteja à altura de ser considerado obsceno. Obs-ceno, fora da cena. Se o que está em cena já é sexual o suficiente, o que está fora da cena deve dobrar a aposta. São essas imagens que irão forjar o imaginário de masculinidade e feminilidade. Claro, um imaginário cisheteronormativo. Somos uma massa passiva de espectadoras/es da cultura estadunidense e assimilamos de forma irrefletida seus padrões de cisfeminilidade e cismasculinidade. Somos Rihannas e Lady Gagas ou Roccas e Max Hardcores. Qual fresta nos resta nesse cenário sufocante? Afinal, censurar a pornografia poderia realmente interromper a produção desses imaginários? Podemos pensar a produção pornográfica de forma tão homogênea? Primeiramente, antes de oferecer mais perguntas, daremos um passo atrás e acompanharemos Dines no que ela define como pornografia:

1- É a legitimação cultural da compra e venda de mulheres; 2- É a prostituição filmada: mulheres sendo pagas para fazer sexo. A diferença entre prostituição e pornografia é que você pode continuar vendendo a mulher quantas vezes quiser, mesmo depois de morta você pode vender sua imagem várias e várias vezes. Não existe limitação física das mulheres na pornografia, pois o sexo prostituído está gravado; 3- É a representação visual do sexo prostituído; 4- É o uso de mulheres traficadas sexualmente; 5- É criadora de demanda. [...] Pornografia não é um amontoado de imagens aleatórias, não é fantasia — fantasia acontece na cabeça, pornografia acontece nos bancos internacionais do capitalismo. Dois lugares completamente diferentes. (Dines, 2018, s.p.)

Sendo assim, articulando as duas citações da autora, a pornografia seria um modo de enquadrar a todas/os na cisheteronormatividade, com a reprodução de práticas sexuais violentas e com performes de gênero delimitadas previamente. No entanto, os papéis de gênero e de dominação não são apenas reforçados através da pornografia, mas são criados e reencenados também nas relações familiares, na escola, nas igrejas, nas novelas, nos filmes, ou seja, um sem-fim de formas de reproduzir papéis de subalternização do gênero feminino diante do masculino. Sabe-se também que, na atual dobra do capitalismo, não é somente a imagem de uma mulher prostituída e morta que continua a circular depois de seu falecimento. Recentemente, por exemplo, uma plataforma de ensino à distância foi denunciada por manter em circulação uma videoaula ministrada por um professor que já havia falecido³. Houve também o caso da Volkswagen, que após a repercussão negativa se

3 UNIVERSITÁRIO descobre que tem aulas online com professor morto desde 2019. *O Tempo*, 4 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/mundo/universitario-descobre-que>>

viu obrigada a tirar de circulação uma campanha publicitária⁴ na qual a cantora Elis Regina, revivida por uma inteligência artificial, performava um dueto póstumo com sua filha Maria Rita. Aparentemente, trabalhar depois de morta/o, e seguir dando lucro, diz mais sobre a atual fase do capitalismo do que sobre a pornografia em si.

Dines descreve, em 2018, um cenário para a indústria pornô que mais se parece com os paradigmas de produção do século passado. Eles de fato existem, pois na cultura dominante é possível notar a circulação de padrões de gênero, que são reforçados a partir de produções midiáticas, tais como a própria pornografia *mainstream*. É preciso distinguir, nesse ponto, a prostituição compulsória da prostituição enquanto profissão. É preciso, também, distinguir a Indústria Pornográfica dos demais modos de fazer pornô que vêm se proliferando cada vez mais nos últimos anos. Pensemos: será que toda mulher na prostituição/pornografia foi sequestrada, traficada e precisa de nós, feministas de classe média sem nenhum contato com a prostituição, para salvá-las? Lutando pela emancipação das prostitutas/ atrizes pornôs de suas amarras, o discurso pró-censura tem como efeito a remoção da agência dessas mulheres sobre os seus corpos, incorrendo na infantilização dessas trabalhadoras – ao falar e decidir por elas o que é melhor –, ao invés de deixar que elas falem por si mesmas sobre a própria condição.

“As prostitutas constituem o único proletariado cuja condição comove tanto a burguesia. [...] Os tipos de trabalho que as mulheres pobres exercem, os salários miseráveis pelos quais vendem seu tempo, isso não interessa a ninguém” (Despentes, 2016, p. 47), afirma Virginie Despentes – escritora e pensadora feminista – em *Teoria King Kong*. Seu livro aborda o tema da prostituição a partir da própria experiência da autora – enquanto mulher branca, cis e cidadã europeia – que, longe de romantizar a profissão, nos conduz à sua teoria feminista. Seus argumentos levam em consideração os diversos destinos possíveis que levam uma mulher a optar pela prostituição e, principalmente, reforça que a experiência pessoal da autora não é a mesma de outras mulheres que se encontram em condições de maior vulnerabilidade. No entanto, os argumentos contra a prostituição – e, conseqüentemente, contra a pornografia –, parecem se esquecer desses cenários, e reforçam no imaginário o retrato de uma prostituição degradante, sórdida e sem escapatória. Como afirma a autora:

-tem-aulas-online-com-professor-morto-desde-2019-1.2443577>. Acesso em 22/07/2024.

4 ELIS REGINA e Maria Rita cantam juntas no polêmico filme da Volkswagen. *Terra*, 5 de julho de 2023. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/mobilidade/carros/videos/elis-regina-e-maria-rita-cantam-juntas-no-polemico-filme-da-volkswagen,5cc159b2827e0a825f8f20194876491d8w0b266l.html>>. Acesso em 22/07/2024.

Essa imagem específica da prostituta que tanto gostamos de exibir, destituída de seus direitos, privada de sua autonomia, de seu poder de decisão, possui diversas funções. Explicitamente: mostrar aos homens que têm vontade de pegar uma puta até onde eles devem descer para conseguir fazê-lo. Dessa maneira, eles também são redirecionados ao casamento, em direção à célula familiar: todo mundo deve ficar dentro de casa. Esse é também um jeito de lembrar aos homens que sua sexualidade é forçosamente monstruosa, que ela produz vítimas, destrói vidas. Porque a sexualidade masculina deve continuar sendo criminalizada, perigosa, associal e ameaçadora. (Despentes, 2016, p. 68)

Virginie analisa a prostituição como uma importante chave de leitura para compreender a diferença entre os gêneros e a dominação do homem cis sobre a mulher cis. Essa imagem da prostituta degradada é o motivo pelo qual as mulheres cis não devem vender seu sexo e, no entanto, enquanto esposas, devem realizar o trabalho sexual, que se dá no âmbito privado. Cobrar por isso seria um absurdo de acordo com as regras da moralidade. Afinal, boas meninas de boas famílias servem – gratuitamente – aos seus maridos. Mas e se a chave para a retomada da agência das mulheres sobre seus corpos e seu tempo – dentro de um limite permitido pelo capitalismo – se desse justamente a partir do momento em que começam a cobrar por esses serviços?

A PUTA, A ESPOSA E A LÉSBICA NA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

O mito da naturalidade da sexualidade e do ato sexual é exposto por Silvia Federici no artigo *Porque sexualidade é trabalho*. Escrito em 1975, o texto nos apresenta uma visão que procura desnaturalizar o ato sexual como puro prazer e libertação feminina, situando-o como mais um trabalho que se soma à jornada de trabalho realizado por mulheres dentro do casamento heterossexual. Diz a autora que “o dever de agradar é tão construído em nossa sexualidade que aprendemos a ter prazer em dar prazer, em provocar os homens e excitá-los” (Federici, 2019, p. 56). Após um longo dia em um trabalho estressante em fábricas e escritórios, os maridos retornam para suas casas buscando algum alívio para sua rotina cansativa e, na perspectiva de Federici, são às suas esposas que eles recorrem. Ligadas ao mundo do trabalho através do trabalho doméstico, sexual e reprodutivo – todos não remunerados – essas esposas se veem dependentes financeiramente e cativas dessa relação matrimonial. Federici resume a relação entre sexo e trabalho no matrimônio da seguinte maneira:

A principal razão pela qual nós não podemos desfrutar do prazer que a sexualidade pode proporcionar é que, para as mulheres, *sexo é trabalho*. Proporcionar prazer para os homens é uma parte essencial do que se espera de todas as mulheres. A liberdade sexual não ajuda. [...] No passado, só esperavam de nós que cuidássemos de crianças. Agora, esperam que tenhamos um trabalho assalariado, que continuemos a limpar a casa e as crianças e que,

ao final de uma jornada dupla de trabalho, estejamos prontas para pular na cama e sermos sexualmente atraentes. Para as mulheres, o direito de ter sexo é o dever de fazer sexo e gostar disso (algo que não é esperado da maioria dos trabalhos). (Federici, 2019, p. 58)

Sendo trabalho, o sexo não proporcionaria a libertação e prazer, associado ao empoderamento feminino nos anos 1970, mas revela a relação de opressão, na qual a força de trabalho – nesse caso a sexualidade – seria extraída da esposa. Federici chega a falar que a “prostituição sublinha cada encontro sexual” (Federici, 2019, p. 59). Com isso, Federici descreve uma imagem da sexualidade presente tanto na pornografia quanto no matrimônio – enfatizada pelos meios de comunicação em massa – que reforça a posição subalternizada da mulher em relação ao homem. Nesse regime cisheterossexual supostamente natural, a mulher deve oferecer sexo e prazer ao seu macho provedor financeiro. A visão de Federici encontra a de Virginie Despentes:

A figura da puta é um bom exemplo: quando se afirma que a prostituição e a ‘violência feita às mulheres’, pretende-se que esqueçamos que a verdadeira violência imposta às mulheres é o casamento. Assim como de maneira geral a maioria das coisas que suportamos. [...] A violência vem desse controle que é exercido sobre todas nós, essa faculdade de decidir em nosso lugar o que é digno e o que não é. (Despentes, 2016, p. 71)

Federici denuncia a organização da sociedade e sua influência direta na construção da sexualidade, na esteira de teorias feministas que começam a criticar as formas de opressão de gênero. A crítica da autora nos é útil para pensarmos sobre as formas de sexualidade e prazer, e sobre como as imagens são vendidas para nós como desejáveis, “empoderadoras” e libertárias, quando, na verdade, não se trata de nada disso. No entanto, Federici atinge um limite ao descrever apenas um único modelo de sexualidade e pacto matrimonial. O valor da mulher descrita pelo texto de Federici se daria no quão excitável seu corpo é, por sua capacidade de estar sempre disponível sexualmente e fazer gozar: mas de que mulher estamos falando ao abordar essa economia matrimonial?

O texto discorre sobre uma dominação masculina material sobre a mulher a partir da sexualidade, pois, na análise de Federici, essa é a única contrapartida – junto aos trabalhos domésticos e reprodutivos – que essa mulher teria a oferecer para seu marido, em troca da garantia de que ele a sustente financeiramente. Mas e no caso das relações nas quais a mulher já adentrou o mercado de trabalho e não depende financeiramente do marido, ou, ainda, nos casos em que a esposa é a parte financeiramente confortável? Será que esse esquema ainda se sustenta? Esse também não é o cenário no qual a renda do marido não é o suficiente para sustentar duas ou mais pessoas. Existem diversos cenários, a depender de variáveis de classe, raça, orientações sexuais e performances de gênero não cisnormativas.

O texto carece de recortes ao se projetar como uma situação universal das mulheres e seus contratos matrimoniais, quando na verdade podemos notar que se trata de um arranjo específico. Por exemplo, sexualidade ainda é trabalho para as mulheres que não são casadas? Falemos ainda da relação entre lésbicas a partir de uma citação da própria Federici:

A subordinação da nossa sexualidade à reprodução da força de trabalho significa que a heterossexualidade nos tem sido imposta como o único comportamento sexual aceitável. Na realidade, toda comunicação genuína tem um componente sexual, nosso corpo e nossas emoções são indivisíveis e nós nos comunicamos em todos os níveis o tempo todo. Mas o contato sexual com mulheres é proibido porque, na moral burguesa, tudo o que não é reprodutivo é obsceno, antinatural, pervertido. Isso significa a imposição de uma condição verdadeiramente esquizofrênica, pois aprendemos logo cedo na nossa vida a traçar uma linha entre as pessoas que podemos amar e as pessoas com quem apenas conversamos; aquelas para as quais podemos abrir nosso corpo e aquelas a quem podemos apenas abrir nossa ‘alma’; nossos amantes e nossos amigos. (Federici, 2019, p. 57)

A autora afirma que toda “comunicação genuína tem um componente sexual”, muito embora delimite uma distinção ao afirmar o caráter “antinatural e pervertido” de certos encontros e trocas. Parece que as únicas opções de trabalho e sexualidade possíveis são pautadas por um modelo binário imposto pela heterossexualidade normativa e pela lógica burguesa. Certamente essa é a norma hegemônica, mas afirmar essa norma como única realidade possível é ignorar outras sexualidades e formas de existir e se comunicar, situando-as como antinaturais. O argumento de Federici perde força e validade quando afirma como universal uma situação particular. Apesar de reconhecer essa categorização como fruto da burguesia, Federici peca ao privilegiar um polo, ou seja, mantém ainda uma essência de natureza na heterossexualidade, embora reconheça o caráter social e cultural de sua construção.

Justamente por isso, voltamo-nos para o que fica de fora da norma, para o considerado anormal e pervertido, para tudo aquilo que procura transformar o pensamento de bases únicas e binárias, abordando uma crítica dessa normalidade e recusando sua lógica. O texto *O pensamento hétero*, de Monique Wittig – contemporânea de Federici –, é um exemplo nesse sentido. Munida de uma crítica materialista forte, Wittig descreve o sistema de opressões que constrói a heteronormatividade, dando atenção especial ao papel do discurso:

Os discursos que oprimem particularmente a todos nós, lésbicas, mulheres e homens homossexuais, são os que pressupõem que o fundamento da sociedade, qualquer sociedade, é a heterossexualidade. [...] Esses discursos sobre a heterossexualidade nos oprimem uma vez que nos impedem de falar a não ser que falemos nos termos deles. (Wittig, 2022, p. 59)

A heterossexualidade é compulsória e o pornô *mainstream* é um dos discursos que

subscvem a ela. Somos bombardeadas/os por imagens do corpo feminino objetificado, muito embora isso não seja exclusividade da prostituição ou da pornografia. Esse corpo degradado, exposto como um produto a ser vendido e alienado dos demais seres humanos é produzido pelo discurso hegemônico e reforçado pela indústria cultural. Wittig elege como exemplo a pornografia para abordar questões relacionadas à forma como o discurso incide em uma opressão material. Presente nas imagens, filmes, revistas e muros das cidades, a autora demonstra como esses signos estão permeados em nossas vidas e reafirmam a dominação da mulher. Para ela, “o discurso pornográfico é uma das estratégias de violência exercida contra nós: ele humilha, degrada, é um crime contra nossa ‘humanidade’” (Wittig, 2022, p. 60). No entanto, um dos pontos cruciais de sua crítica é que a autora não se restringe ao discurso pornográfico, mas também desdobra de que forma essas violências estão presentes, também, na materialidade da opressão exercida por discursos científicos, por exemplo, que transformam em naturais aspectos culturais da vida social. Como é possível verificar a seguir:

Esse poder das ciências e das teorias de atuar material efetivamente sobre nosso corpo e nossa mente não tem nada de abstrato, ainda que o discurso que o produz seja abstrato. Sua própria expressão é uma das formas de dominação. Eu diria, em vez disso, que é um de seus exercícios. Todos os oprimidos conhecem esse poder e tiveram de lidar com ele. É aquele que diz: você não tem o direito à fala porque seu discurso não é científico nem teórico, você está no nível de análise errado, você está confundindo discurso e realidade, seu discurso é ingênuo, você entendeu errado esta ou aquela ciência. (Wittig, 2022, p. 61)

A intenção de Wittig é então apresentar a naturalização da heterossexualidade como regime de vida no qual todas as relações humanas aparecem por ela ordenadas. Se Wittig traz a descrição desse aspecto da sociedade, é porque há na descrição da opressão e na hierarquia da divisão binária entre homens e mulheres uma impossibilidade já dada de construir subjetividades alternativas que escapem à heterossexualidade e suas normas. A perspectiva que a autora aborda é a da lésbica, para a qual a própria definição de mulher – enquanto figura dominada pelo homem cis nesse regime heterossexual – não faz sentido. Partindo da figura da lésbica, tomamos o pensamento de Wittig de empréstimo para pensar qualquer relação dissidente da heterossexualidade: seja essa relação entre mulheres, homens gays, entre pessoas cis e trans, relações transcitradas, etc. Portanto, o trabalho sexual e o trabalho doméstico, denunciados por Federici, não dizem respeito – sobretudo – às vidas que recusam o pacto da cisheteronormatividade.

Wittig afirma que “seria incorreto dizer que as lésbicas se associam, fazem amor, vivem com mulheres, pois ‘a mulher’ só tem significado nos sistemas heterossexuais de pensamento e nos sistemas econômicos héterossexuais” (Wittig, 2022, p. 67). Se por “mulher”,

entende-se esse sujeito despossuído de sua agência sexual, sem recursos financeiros e dependente de uma relação matrimonial, na qual tudo que ela tem a oferecer como contrapartida do sustento financeiro são os trabalhos domésticos, sexuais e reprodutivos, então – como conclui Wittig – “lésbicas não são mulheres” (2022, p. 67). Essa possibilidade não seria também estendida a outros corpos dissidentes que recusam a cisheterossexualidade e suas práticas sexuais normativas, e/ou a corpos com marcadores de raça e classe que não participam da lógica branca-burguesa? Essa diferença na forma de conceber a sexualidade, a feminilidade, a masculinidade, o papel do sexo e do trabalho na relação nos permitem ver outras paisagens para além dos universalizantes e sufocadores cenários descritos por autoras como Federici e Dines, por exemplo. Afinal, no esquema de Dines sequer existe espaço para se pensar sexualidades e produção de subjetividades *queer*. Temos, dessa forma, a própria sexualidade dissidente como prova viva de que é possível operar brechas na produção de um discurso hegemônico, suportando a massiva exposição a esses padrões.

Com isso, vemos que a crítica de Wittig vai no caminho de apontar a pornografia como instrumento de poder, assim como a própria linguagem, quando essas reforçam padrões sexuais binários e naturalizam a heterossexualidade, mas é possível observar que os discursos que sustentam a dominação permeiam a mais distintas esferas e não se restringem à pornografia. Há na conferência de Wittig, portanto, uma possível mudança a ser vislumbrada, que vem não apenas das transformações das relações econômicas como também da perda de padrões e de invariantes dos discursos que pautam a heterossexualidade. Ao final do texto, com alguma ironia, Wittig afirma que essas transformações só seriam sentidas pelo menos cinquenta anos depois. Ainda falta algum tempo para completar os cinquenta anos de sua publicação, mas definitivamente hoje sentimos os abalos sísmicos no regime de trabalho e na forma de observarmos gênero e sexualidade, pautadas principalmente por discursos de teóricos contemporâneos que transformam os sistemas de pensamento. Diante desse cenário, lançamos as questões: É possível um pornô dissidente? Qual produção de imagem – e consequentemente de discurso – é possível quando modificamos os corpos em cena e quem dirige a cena?

PORNOGRAFIA NAS RUÍNAS DO CAPITALISMO

Quando falamos de pornografia, em 2024, não estamos mais falando de uma Indústria Pornográfica, em letras maiúsculas, como se houvesse apenas uma. Hoje existem os mais diversos tipos, formatos e formas de fazer que fogem a esse paradigma da exploração por uma indústria: pessoas se masturbando sozinhas com dildos vendendo vídeos e fotos, casais que transmitem *lives* transando, *camboys* e *camgirls*, assim como pessoas negociando di-

retamente com um/a comprador/a a venda de peças íntimas usadas, fotos, vídeos, objetos e fluidos. Enfim, as formas de comercializar e a produção de conteúdos têm se tornado cada vez mais heterogêneas, sendo possível, inclusive, falarmos em termos de produções pornográficas feministas. Como diria Despenttes:

Os detratores do gênero reclamam da pobreza do pornô, fingem que existe apenas um tipo de pornô. Eles adoram fazer circular a ideia de que o setor não seja inventivo. O que é falso. [...] O que de fato determina a história do pornô, o que é inventa e define, é a censura. Aquilo que proibimos é o que vai marcar cada filme pornô, obrigando a fazer um exercício interessante para contornar os limites impostos. [...] No caso das mulheres, não fica claro em que parte a dignidade delas poderia ser especialmente atingida pelo uso de uma cinta peniana. Sabemos que elas possuem recursos suficientes para compreender que uma cena S&M [somasoquista] não indica necessariamente que elas desejariam ser chicoteadas ao chegar ao escritório ou amordaçadas enquanto lavam a louça. Ao mesmo tempo, basta ligar a TV aberta para ver mulheres em posições humilhantes. (Despenttes, 2016, p. 80)

Assim como as demais formas de trabalho em outros ramos, o pornô também tem se flexibilizado, deixando de ser uma relação entre indústrias e funcionários e passando a assumir um caráter mais autônomo e *freelancer*. Diante desse cenário, não nos parece fazer mais sentido endereçar qualquer crítica à pornografia que foque apenas na temática da exploração (como se houvesse aqui uma exploração especial e diferente das demais formas de trabalho) ou na dominação da mulher (como se essa dominação não se fizesse presente em outras relações e espaços na estrutura capitalista). O que existe aqui, isso deve ser enfatizado, é uma repressão moral e estigmatizante que torna mais difícil regularizar e proteger minimamente as/os trabalhadoras/es do sexo. A falta de políticas de proteção e de controle da circulação da imagem impede que o/a autor/a da imagem siga lucrando com a repercussão e o uso dessa imagem ou que consiga controlar o destino dessa reprodução. Diferente do que tem sido reivindicado e tem sido possível ser garantido em outros meios, como no caso de modelos e *influencers*, que, devido ao trabalho não estigmatizado, são capazes de recorrer a instâncias legais a fim de garantir seus direitos quanto aos usos de suas imagens.

No entanto, é importante ressaltar que não são as demais modalidades de trabalho que afetam o modo de produção e difusão da pornografia: é, antes, a pornografia ela mesma que teria provocado alterações no regime neoliberal que vivemos e impactado as demais relações de trabalho, cooptação de desejos e canais de comunicação. Essas alterações não são exatamente um conto de fadas marxista se realizando, no qual o proletariado deixa de ser alienado de seu produto e se apropria dos meios de produção. Ao contrário: trata-se de

uma intensificação do neoliberalismo que escancara e serve como paradigma do papel do corpo, da excitação, do trabalho e da produção de dinheiro para toda e qualquer relação, como afirma o filósofo, curador e pensador *queer* Paul B. Preciado:

Se concordarmos com Marx que ‘a força de trabalho não é o trabalho realmente realizado, e sim o simples potencial e habilidade para trabalhar’, então será preciso dizer que qualquer humano ou animal, real ou virtual, feminino ou masculino, possui esta potencialidade masturbatória, a *potentia gaudendi*, o poder de produzir prazer molecular, e portanto, possui poder produtivo sem ser consumido e esgotado no próprio processo. Até agora conhecemos uma relação direta entre a pornificação do corpo e o grau de opressão. Na história, os corpos mais pornificados têm sido os dos animais não humanos, os das mulheres e os das crianças, o corpo racializado do escravo, o corpo do trabalhador, o corpo homossexual. Mas não há relação ontológica entre anatomia e *potentia gaudendi*. [...] O novo sujeito hegemônico é um corpo (frequentemente codificado como masculino, branco e heterossexual) farmacopornograficamente suplementado (pelo viagra, pela cocaína, pela pornografia, etc) e consumidor de serviços pauperizados (frequentemente exercidos por corpos codificados como femininos, infantis ou racializados). [...] O poder não se localiza apenas no corpo (‘feminino’, ‘infantil’ ou ‘não branco’) enquanto espaço tradicionalmente imaginado como pré-discursivo e natural, mas também em um conjunto de representações que o transformam em sexual e desejável. Trata-se, em todo caso, de um corpo sempre farmacopornográfico, um sistema tecnovivo que é efeito de um mecanismo de representação e produção cultural muito difundido. (Preciado, 2018, p. 50-51)

Ao declarar que “trabalho é sexo”, o autor inverte a afirmação de que sexo também é trabalho (Preciado, 2018, p. 289). Embora o inverso também seja verdadeiro, a intenção de Preciado é apontar para o caráter de regulação do aparato somático corporal do trabalho, por meio da excitação-frustração. Temos uma relação na qual o masturbador universal (sujeito hétero, cismasculino e branco) frui da excitação oferecida por sujeitos subalternizados (corpos racializados, feminizados e/ou infantilizados), até que se frustre novamente e busque um novo estímulo para sua excitação, ainda a partir do trabalho (*potentia gaudendi*) oferecida por esses corpos. Esse movimento tem como consequência, portanto, a construção do entendimento do que é trabalho e possui efeito na subjetividade dos corpos, que é modificada e alterada de acordo com as representações e as substâncias as quais lança mão para suplementar seus corpos e suas subjetividades. É certo que, para levar em consideração os apontamentos de Preciado, precisamos ter em mente a seguinte ressalva:

Hardt e Negri, relendo Marx, mostraram que ‘durante os séculos XIX e XX a economia Global se caracteriza pela hegemonia do trabalho industrial, mesmo se, em termos quantitativos, o trabalho industrial continua a ser menor em comparação com outras formas de produção, como agricultura’. O trabalho industrial torna-se hegemônico em virtude do seu poder de transformação sobre qualquer outra forma de produção. Da mesma forma, a produção farmacopornográfica define hoje uma nova era da economia política mundial,

não por sua supremacia quantitativa, mas porque o controle, a produção e a intensificação dos afetos narcossexuais tornaram-se modelo para todas as outras formas de produção. Assim o controle farmacopornográfico se infiltra e domina todo o fluxo de capitais, desde a biotecnologia agrária até a indústria high-tech da comunicação. Neste período de gestão técnica do corpo, a indústria farmacopornográfica sintetiza e define um modo específico de produção e consumo, uma temporalização masturbatória da vida. (Preciado, 2018, p. 43)

Embora o capitalismo farmacopornográfico tenha se tornado hegemônico, isso não significa que não existam outras formas de trabalho sendo exercidas ao redor do globo, sobretudo entre os países do terceiro mundo, que remonta a formas de exploração de períodos anteriores ao neoliberalismo. Os processos que permitiram a apropriação dos recursos materiais e subjetivos dos corpos racializados e feminizados não surgiram especialmente nessa nova dobra do capitalismo cognitivo, mas esses processos atuais se somam às políticas que remontam a séculos de exploração e são constantemente atualizados através de dispositivos ainda presentes no cotidiano.

Embora a prostituição seja famosa por ser ‘a profissão mais antiga do mundo’, é difícil dizer que houve qualquer avanço no debate quanto ao estatuto da profissão. Ainda precarizada por conta dos estigmas e da falta de regulamentação, a prostituição e o consequente mercado pornográfico operam como ponta de lança da nova dobra do neoliberalismo num complexo que atualiza o passado e inventa o futuro das demais relações de trabalho.

Preciado elege o termo farmacopornográfico como sintetizador da nova subjetividade produzida pelo regime neoliberal, no qual *fármaco* se refere à dimensão biomolecular desse regime e o *pornográfico* à dimensão semiótico-técnica. Na nova dobra, o capitalismo opera a partir de um duplo movimento de excitação-frustração, movimento refinado para manter o desejo preso em suas tramas, sempre buscando algo para consumir, gozar, se frustrar e ir atrás do novo objeto. Para Preciado, o novo sujeito hegemônico é aquele que detém mais meios de consumir a excitação oferecida por corpos que, no mercado de ofertas, buscam se destacar como aqueles que têm a maior capacidade de corresponder aos desejos desse sujeito. E isso não se refere apenas a pessoas na prostituição, como nos mostra o autor:

A pornografia reúne as mesmas características que qualquer outro espetáculo da indústria cultural: performance, virtuosismo, dramatização, espetacularização, reprodutibilidade técnica, transformação digital e distribuição audiovisual. A única diferença no momento é sua condição *underground*. [...] A indústria pornográfica é para a indústria cultural e do espetáculo o equivalente ao que o tráfico ilegal de drogas é para a Indústria Farmacêutica. Isso representa apenas os dois motores ocultos do capitalismo do século XXI. A produção farmacopornográfica funciona em uma ambivalência: É um aspecto oculto e marginal da indústria cultural contemporânea, mas é também o paradigma de qualquer outro tipo

de produção pós-fordista. No capitalismo *übermaterial*, toda forma de produção oferece benefícios na medida em que se aproxima do modelo de produção farmacopornográfica. (Preciado, 2018, p. 283)

Censurar a pornografia, proibir a comercialização de drogas ou a venda do próprio sexo, não contribui para a emancipação dos corpos envolvidos nessas atividades. Pelo contrário: essas atividades continuarão a ser exercidas, mas na marginalidade, longe do amparo e da proteção legal. É preciso que nos questionemos, sem falso moralismo, a vida de quem estamos melhorando quando nos colocamos contra a prostituição. A das prostitutas? É claro que não. Se quisermos lutar por melhorias para essa classe, lutemos pela regulamentação da profissão. Se quisermos realmente acabar com a opressão, aí sim: lutemos pelo fim do capitalismo.

CONCLUSÃO

Se no primeiro momento a crítica feminista à máxima “sexo é trabalho” foi apresentada como um horizonte possível de análise, ela se modifica quando o inverso também é considerado por Preciado (“trabalho é sexo”), caminhando para uma fronteira borrada entre os dois enunciados. No paradigma proposto pelo autor, a exploração capitalista se dá através da pornificação do trabalho, no qual o corpo das trabalhadoras e dos trabalhadores – mas também seus processos subjetivos – estão à serviço da produção de excitação-frustração. Então, se deixarmos de moralismos, poderemos ver que caminhamos para um cenário de indistinção da exploração entre as/os trabalhadoras/es do sexo e as/os demais trabalhadoras/es, igualmente cafetinadas/os, exploradas/os e espoliadas/os – todas/os enredadas/os nas tramas da nova dobra do capitalismo.

Nem mesmo o ejaculador-universal, no topo dessa cadeia, está livre de servir aos desígnios farmacopornográficos. Mesmo os mais ricos como Elon Musk e Jeff Bezos estão operando sua dessubjetivação em prol da suplementação de seus corpos e à procura de excitação-frustração-excitação. Mas, diferentemente das demais pessoas nessa estrutura que somam ainda formas de opressão que remontam aos arranjos anteriores do capitalismo, os mais ricos sofrem “apenas” com a desposseção farmacopornográfica. Sendo assim, Preciado resume o funcionamento dessa estrutura da seguinte maneira:

A excitação pornográfica está estruturada segundo o bumerangue: prazer-na-dessubjetivação-do-outro/ prazer-na-dessubjetivação-do-eu: assistir a um sujeito que não pode controlar a força de sua produção sexual (*potentia gaudendi*) e vê-lo no exato momento em que renuncia esta força em benefício de um espectador todo-poderoso (a pessoa que o assiste) que, por sua vez, por meio da representação, veja-se dessubjetivado reduzido a uma resposta masturbatória. [...] A pornografia diz a verdade *performativa* sobre a sexualidade

não por ser o grau zero da representação, mas porque revela que a sexualidade é sempre performance, prática pública de uma repetição regulada, uma encenação, bem como um mecanismo involuntário de conexão ao circuito global de citação-frustração-excitação. (Preciado, 2018, p. 286)

O espectador-todo-poderoso é o sujeito cisheteromascuino, rico e branco. Ao passo que ele é o sujeito hegemônico e consumidor da *potentia gaudendi* de outras/os trabalhadoras/es subalternizadas/os, ele não é necessariamente o único consumidor de pornografia. É preciso não confundir as duas coisas: temos aqui o aspecto da pornografia enquanto produto da indústria do entretenimento, e a pornografia enquanto paradigma político da nova dobra do capitalismo no modo de produzir e demandar. Portanto, se as críticas à pornografia acabam recaindo na cisheteronormatividade em suas análises é porque ficam restritas a esse aspecto, no qual imagens pornográficas estão em uma relação causal com a produção de normas para os indivíduos. As críticas a esse modelo precisam ocorrer de maneira a não se fechar apenas em sua negatividade, como se fosse o único modelo representacional possível. Elas devem expor como se dá esse modo hegemônico de fazer pornografia e a consequente produção de subjetividades, explicitando seu caráter de construção a partir da performance heterossexual eternamente reencenada. Assim, se os códigos de representação de gênero acabam regulando as práticas corporais apresentadas, esses mesmos códigos podem ser reorganizados em outras representações provocando uma “inversão epistemológica, um deslocamento radical do sujeito de enunciação pornográfica” (Preciado, 2018, p. 289). Segundo o autor:

Aqueles que foram objetos passivos do olhar pornográfico e disciplinador (mulheres, atores e atrizes pornôs, putas, bichas e sapatonas, pervertidos etc) se tornam sujeitos da representação, questionando, desse modo, os códigos estéticos e somatopolíticos que tornavam visíveis os corpos e práticas sexuais e que produziam a impressão de estabilidade natural nas formas de fazer sexo nas relações de gênero. Esta crítica abre uma brecha na história da representação da sexualidade, transformando as técnicas pornográficas em campo de intervenção política. (Preciado, 2018, p. 289)

Se a heterossexualidade nos é apresentada como a única possibilidade de vida, ela só o é a partir de um controle que impõe limites na representação do sexo, apresentando códigos de gênero e sexualidade a partir de mecanismos que um dia foram tomados como universais. É certo que a pornografia é um espaço onde muitos abusos são produzidos, reproduzidos e disseminados; é certo que a pornografia tem o poder de definir papéis de dominação e de subalternidade; é certo que existe a prostituição compulsória e que a pornografia é capaz de registrar e eternizar esse momento de vulnerabilidade. Mas queremos sublinhar, mais uma vez, que não é somente nesses espaços – da prostituição e da porno-

grafia – que podemos encontrar cenas de abuso, assujeitamento e dominação. Essas cenas estão disseminadas por toda parte e é necessário uma mudança mais radical na estrutura se quisermos realmente lidar com esses problemas. Não adianta censurar a pornografia e proibir a prostituição: essas são apenas formas de jogar esses corpos ainda mais para as periferias do capitalismo.

Nas ruínas do neoliberalismo, parece que a melhor saída para esse mundo cão é ter o poder de definir o preço do nosso tempo e produzir os discursos sobre os nossos corpos. Nesse sentido, a pornografia desponta como um campo em disputa que pode deixar de ser visto como necessariamente pernicioso e se aliar à construção de outros imaginários. Se ela tem o poder de nos aprisionar na cadeia de reprodução de papéis e na produção de frustração, talvez resida nela mesma a chave para o vislumbre de outras relações possíveis. Gozar se torna um exercício de imaginação política no qual novas imagens e, consequentemente, novas subjetividades, podem ser construídas.

BIBLIOGRAFIA

- DESPENTES, Virginie. *Teoria King Kong*. Tradução: Márcia Bechara. 2ª edição. São Paulo: n-1 edições, 2016.
- DINES, Gail. *Como a pornografia cria o cliente? Pornografia, tráfico de mulheres e a construção social da masculinidade*. Tradução: Carol Wojtyla, 2018. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/como-a-pornografia-cria-o-cliente-831f8ebdbc23>. Acesso em: 06/03/2024.
- ELIS REGINA e Maria Rita cantam juntas no polêmico filme da Volkswagen. *Terra*, 5 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/mobilidade/carros/videos/elis-regina-e-maria-rita-cantam-juntas-no-polemico-filme-da-volkswagen,5cc159b2827e0a825f8f20194876491d8w0b266l.html>. Acesso em 22/07/2024.
- FEDERICI, Silvia. Por que sexualidade é trabalho? (1975) In.: *O Ponto Zero da Revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- PRECIADO, Paul B. *Testo Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. Tradução: Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- UNIVERSITÁRIO descobre que tem aulas online com professor morto desde 2019. *O Tempo*, 4 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/mundo/universitario-descobre-que-tem-aulas-online-com-professor-morto-desde-2019-1.2443577>. Acesso em 22/07/2024.
- WITTIG, Monique. O pensamento hétero (1978) In.: *O pensamento hétero e outros ensaios*. Tradução: Maíra Mendes Galvão. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.